

**«O PARTO DO HOMEM NOVO»: A CULTURA INTELECTUAL  
BRASILEIRA DA REVOLUÇÃO ESTUDANTIL À FUNDAÇÃO  
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1968-1979)**  
**«THE BIRTH OF THE NEW MAN»: BRAZILIAN INTELLECTUAL  
CULTURE FROM THE STUDENT REVOLUTION TO THE  
FOUNDING OF THE WORKERS' PARTY (1968-1979)**

LUÍS FRANCISCO MUNARO  
Universidade Federal de Roraima, UFRR  
luis.munaro@ufrr.br  
<https://orcid.org/0000-0003-4089-6537>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2025  
Texto aprovado em / Text approved on: 24/03/2026

## **Resumo**

O artigo investiga a formação de uma cultura intelectual revolucionária no Brasil entre 1968 e 1979, período marcado pela tensão entre a ditadura militar e a emergência de uma geração influenciada pelo marxismo ocidental, pelo existencialismo e pela contracultura. A partir da análise do ambiente intelectual que culminou na fundação do Partido dos Trabalhadores, passando pela influente obra de Paulo Freire, o estudo examina como ideias, livros e redes acadêmicas atuaram como dispositivos de transformação cultural e política. Argumenta-se que, mais do que uma simples radicalização ideológica, consolidou-se nesse período uma nova epistemologia no interior das universidades brasileiras, em particular a Universidade de São Paulo, caracterizada pela centralidade da práxis, pela crítica à neutralidade científica e pela crença na formação de um «homem novo». Ao articular história das ideias, sociologia dos intelectuais e

análise do campo universitário, o artigo demonstra que a cultura intelectual forjada nos anos 1960 e 1970 moldou decisivamente o imaginário político das décadas subsequentes.

### **Palavras-chave**

Geração de 1968; cultura intelectual; marxismo ocidental; Paulo Freire; Partido dos Trabalhadores.

### **Abstract**

This article investigates the formation of a revolutionary intellectual culture in Brazil between 1968 and 1979, a period marked by tension between the military dictatorship and the emergence of a generation influenced by Western Marxism, existentialism, and the counterculture. Through an analysis of the intellectual environment that culminated in the founding of the Workers' Party, with particular attention to the influential work of Paulo Freire, the study examines how ideas, books, and academic networks functioned as instruments of cultural and political transformation. It argues that, rather than representing a mere ideological radicalization, this period witnessed the consolidation of a new epistemology within Brazilian universities, especially at the University of São Paulo, characterized by the centrality of praxis, a critique of scientific neutrality, and a belief in the formation of a "new man." By combining the history of ideas, the sociology of intellectuals, and an analysis of the university field, the article demonstrates that the intellectual culture forged in the 1960s and 1970s decisively shaped the political imagination of subsequent decades.

### **Keywords**

Generation of 1968; intellectual culture; Western Marxism; Paulo Freire; Worker's party.

O fascínio pelos anos 1960 deriva do cruzamento de dois movimentos simultâneos: de um lado, a forte crença na capacidade transformadora das ideias e das formulações teóricas, de outro, a expectativa de reformas sociais profundas que prometiam inaugurar um novo horizonte histórico, sintetizado na noção de formação de um «homem novo». No Brasil, esse clima cultural se assentava numa contradição aparentemente insolúvel, já que a dispersão das ideias iconoclastas associadas a uma cultura juvenil de experimentação e ruptura se chocava com o regime militar instalado

em 1964, que também reivindicava um projeto de transformação nacional. Militares sexagenários buscaram, inclusive, apropriar-se de parte do vocabulário reformista e revolucionário em circulação, o que teve consequências paradoxais no campo das ideias políticas.

Um primeiro olhar para o problema escancara o caráter firmemente vinculado à ideia de novidade da geração de 1960. Os jovens que se apresentaram como vanguarda se intitulavam anti-imperialistas, socialistas ou existencialistas, evocavam a ruptura necessária para a renovação social num ocidente envelhecido pela chaga do colonialismo. Os eventos de Maio de 1968 colocaram o pensamento transgressivo no epicentro de todo um conjunto de transformações culturais que caminhavam desde a rejeição ao imperialismo à experimentação das subculturas, de modos de vida menos impregnados de capitalismo, além da rejeição à dominação eurocêntrica sobre os marginalizados do mundo.

No Brasil, esse movimento assumiu contornos particulares, articulando referências teóricas e práticas alternativas. Entre elas, destacam-se a recepção das experiências associadas a Mao Tse Tung e a construção da utopia comunista agrária na China; o foquismo de Régis Debray inspirado pelas guerrilhas de Che Guevara e Fidel Castro; a circulação de correntes orientalistas e a contestação de padrões morais tradicionais, inclusive no campo da sexualidade. Nesse conjunto heterogêneo, a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, funcionou como um divisor de gerações, condensando o impulso de ruptura geracional que atravessava o campo intelectual, mesmo que a obra tenha sido publicada inicialmente no Chile em 1968 e somente em 1974 tenha ganhado a sua primeira versão brasileira.

Ao mesmo tempo, o marxismo de matriz leninista começou a ceder espaço a formulações de caráter mais cultural e crítico, deslocando o foco da tomada imediata do poder do Estado para a transformação da consciência e das instituições. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) perdeu centralidade como polo de atração cultural e passou a ser visto também como parte das engrenagens burocráticas que urgia descolonizar. Num primeiro momento, parte dessa energia convergiu para a guerrilha urbana; posteriormente, diante do fracasso das armas, deslocou-se para a disputa de ideias e para a ocupação de espaços no interior da sociedade civil e do campo universitário.

No contexto de golpe civil-militar e da Guerra Fria, em que a retórica da ameaça comunista era repetida insistentemente por setores civis e

militares, se coloca o pano de fundo intelectual que este trabalho busca investigar. Seu objetivo é fornecer uma abordagem exploratória do panorama intelectual brasileiro, com particular foco no núcleo formado em São Paulo, especialmente na Universidade de São Paulo, onde se consolidou um novo pensamento que exerceu influência significativa sobre a vida política nacional. Essa transformação intelectual está alicerçada, por um lado, na neofilia, o anseio pela novidade e, por outro, numa rejeição ao passado estruturada num poderoso sentimento de ruptura geracional.

Essa história das ideias e dos livros tem caráter *exploratório*, com elementos ensaísticos, privilegiando autores como Paulo Freire em razão de ilustrarem tendências intelectuais do período, o que não implica desconsiderar a relevância de outros nomes igualmente significativos como Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes. A escolha de Paulo Freire se justifica, nesse sentido, pelo fato de que a sua obra condensa, de forma expressiva, o horizonte intelectual de sua época, articulando não apenas uma proposta pedagógica, mas uma concepção de conhecimento vinculado à práxis e à transformação social. Embora sua atuação institucional na Universidade de São Paulo tenha ocorrido sobretudo a partir de 1980, o trajeto de suas ideias permite iluminar um movimento mais amplo de renovação geracional que encontrou na USP um de seus principais polos de difusão.

Assim, o artigo investiga como uma cultura intelectual forjada no interior da geração de 1968, atravessada pelo marxismo ocidental e pelo existencialismo, contribuiu para a reconfiguração tanto do campo universitário paulista quanto para a fundação do Partido dos Trabalhadores, tendo em Paulo Freire uma figura-síntese do processo. O Partido dos Trabalhadores, na sugestão do artigo, coroa a entrada dos intelectuais na política ao longo dos anos 1970, o que é perceptível pelo amálgama das principais correntes de esquerda em seu interior. Nesse sentido, o problema que orienta este estudo pode ser resumido da seguinte forma: em que medida a cultura intelectual forjada na geração de 1968, especialmente no campo universitário paulista, produziu não apenas uma mudança ideológica, mas uma reconfiguração epistemológica que culminou na institucionalização política representada pela fundação do PT, ele mesmo um partido paulista?

Do ponto de vista teórico-metodológico, este artigo busca inserção na história das ideias e na sociologia dos intelectuais. Seu objetivo não

é reconstituir exaustivamente a recepção das obras analisadas, mas identificar e interpretar os núcleos conceituais que alimentaram uma determinada cultura intelectual no Brasil entre 1968 e 1979. As fontes utilizadas são majoritariamente bibliográficas e documentais, podendo ser referidas como obras primárias de referência intelectual, sobretudo livros publicados no período ou que exerceram influência direta sobre ele (caso dos textos de Paulo Freire, Florestan Fernandes, Herbert Marcuse, Antonio Gramsci, entre outros). Essas obras são tratadas como intervenções intelectuais, isto é, como ações discursivas que participaram da formação do imaginário político-cultural. Além disso, há o recurso a memórias, depoimentos e reconstruções historiográficas que se apresentam significativas, incluindo relatos de protagonistas, ensaios interpretativos e obras de história política e cultural (como estudos sobre 1968, a ditadura militar, o novo sindicalismo e a fundação do Partido dos Trabalhadores).

O artigo inicia com a descrição das ações intelectuais como aqui são compreendidas: os intelectuais são considerados um grupo social orientado por determinados fins, propenso a desenvolver formas específicas de solidariedade e a atuar, coletiva ou individualmente, em torno de pautas públicas. Seus principais produtos, sobretudo os livros, são entendidos como modalidades de ação que intervêm, ainda que de maneira nem sempre mensurável, na formação cultural de uma sociedade. Ao conjunto dessas práticas, linguagens e representações denomina-se «cultura intelectual». A segunda seção oferece um panorama das obras e correntes que tiveram impacto significativo na geração de 1968, com o objetivo de traçar as matrizes teóricas que moldaram seu horizonte intelectual. Por último, a seção final analisa como esse conjunto de ideias consolidou um sentimento de ruptura com o passado, geralmente expresso em termos de revolução, e como se traduziu em ações concretas de reorganização da vida social e política. Essa dinâmica é examinada com base no processo de formação do principal partido de esquerda do país, o Partido dos Trabalhadores, e nas ideias de seu intelectual mais proeminente, Paulo Freire.

## **Da cultura intelectual**

Antes de examinar o ambiente intelectual brasileiro entre 1968 e 1979 há que esclarecer o sentido em que são empregados conceitos

como intelectual e cultura intelectual. Ao invés de concernir apenas a indivíduos dotados de elevada capacidade pensante ou mesmo prestígio acadêmico, o termo intelectual diz respeito a um grupo social específico, inserido em redes institucionais e disputas simbólicas, e cuja atuação incide diretamente sobre a produção e circulação de ideias. Compreender tal grupo como participante de um campo relativamente autônomo e o seu modo de intervenção social é um passo fundamental para analisar como as formulações teóricas ultrapassaram a abstração e se tornaram historicamente influentes.

Para evitar entrar no território da polêmica alusiva à questão normativa do que «deve ser um intelectual», busca-se por uma definição simplificada segundo a qual os intelectuais são um grupo social que cria e manipula linguagens e, através da criação das linguagens, opera a construção do imaginário coletivo. Como sugere Jean François Sirinelli (1986), o intelectual utiliza sua posição e prestígio para influenciar o debate público e impactar a sociedade em temas que ultrapassam sua especialidade, estando a sua atuação e trajetória relacionada com os grandes movimentos históricos.

Para Raymon Aron, os intelectuais são figuras públicas que, atuando na esfera cultural ou acadêmica, se dedicam a interpretar, criticar e influenciar o curso da sociedade (Aron 1980). Aron critica o papel ungido que o intelectual veio a desenvolver no curso da modernidade, ao assumir a função de guia da sociedade corrompida pelas trevas e em direção a um futuro idealmente imaginado na forma de utopia.

Outro historiador, Eric Voegelin, sugere os intelectuais modernos se engajaram na ideia de uma utopia política que assumiu, ao mesmo tempo, a condição de etapa final da história (2017). Para o autor, a ideia de uma mudança dramática da sociedade numa ou noutra direção foi definitivamente incorporada pela vida intelectual moderna. De fato, ao longo do século XX, a posição gradualista e experimentalista, na qual se estribava o pensamento conservador, se tornou cada vez menos atraente para as elites intelectuais. Pode-se sugerir que a entrada dos intelectuais no debate público extravasou a busca por leituras mais capazes de despertar atenção pública, ainda que muitas vezes menos realistas, ao mesmo tempo em que a burocratização da vida intelectual nas universidades solidificou um discurso autocentrado. Isso pode ser visto ao longo da segunda metade do século XX, quando a própria realidade deu lugar ao texto e tornou-se inacessível, restando apenas le

*discours* e la *jouissance*. Esta mundivisão teve um impacto significativo sobre a intelectualidade brasileira, objeto de nosso estudo.

A linha de interesse deste artigo também está no interior daquilo que Bourdieu chamou campo intelectual, o campo no qual os indivíduos estão em constante competição pela produção de capital simbólico, que inclui reconhecimento, prestígio e legitimidade intelectual. Campo dentro do qual se desenvolve uma cultura particular, a cultura intelectual. As posições ocupadas pelos agentes no campo dependem de dois tipos principais de capital, «o capital cultural, que se refere ao conhecimento, educação e habilidades acadêmicas, e o capital social, que envolve as redes de relações e influência» (Bourdieu 2004). Além da autonomia do campo e mesmo da dinâmica própria de funcionamento das ideias, essas estão dadas em condições históricas específicas, o que significa pensá-las de forma cuidadosa a partir das condições daquilo que foi dito e mesmo daquilo que poderia ser dito num determinado contexto (Skinner 1969).

O estudo dos intelectuais na história torna perceptíveis vários níveis de ação intelectual, desde aquelas que possuem caráter mais profundo até aquelas mais explosivas e superficiais. Isso pode ser percebido pelo grau de duração das ideias num tecido cultural ou social. Na famosa distinção elaborada por Antonio Gramsci, em seu escrito sobre «os intelectuais e a organização da cultura», os intelectuais com maior grau de consciência sobre as mudanças em curso e, portanto, com maior capacidade de ações de longo prazo, comporiam um «estrato coesivo», em oposição ao «estrato de homens comuns» que, apesar de serem dotados de capacidade de ação intelectual, não seriam capazes de enxergar mudanças em perspectiva histórica. No meio do caminho estaria o «estrato intermediário» que faria a ligação entre as ideias mais esotéricas produzidas por uma elite intelectual e o estrato dos homens comuns (Gramsci 1982). É no primeiro estrato, o dos intelectuais criadores de linguagens, que está centrado este artigo.

Esse esquema torna a questão da ação intelectual mais fácil de ser percebida: escritores que se reúnem em torno de uma ideologia com características muito esotéricas e de difícil apreensão desenvolvem um senso de identidade própria, e suas construções teóricas se esparramam para outras camadas da sociedade através desses estratos intermediários que poderiam ser identificados com publicistas, jornalistas, dramaturgos, atores, intérpretes de todo o tipo que possuem maior visibilidade pública. Estes funcionam como difusores de slogans que podem se

transformar numa cultura política, uma vulgata acessível a um número maior de indivíduos. Assim, o fato de um conjunto de ideias ser de difícil decodificação não quer dizer que a sua influência seja pequena, mas sim apenas muito mais difusa. Para exemplificar, qualquer um que tentasse a leitura de Giorgy Lukacs teria dificuldade em aceitar a ideia de que a sua obra se tornou um dos conjuntos de textos mais influentes da literatura política ocidental.

Essas noções sobre o intelectual e sua participação no debate público permitirão que entendamos o papel assumido por uma categoria relativamente restrita nos anos 1960 e 1970, durante o período do regime militar no Brasil, quando as fundações de um novo pensamento político foram construídas. Nesse contexto, entraram em cena intelectuais de estrato mais profundo como Florestan Fernandes e Paulo Freire, que viriam a se tornar extremamente influentes sobre o debate público brasileiro e, sobretudo, nos meios universitários, que são os meios formadores das novas gerações de profissionais. Dada a limitação de espaço, nossa atenção se concentrará em Paulo Freire como uma espécie de «divisor de águas» e «texto-síntese» da intelectualidade nacional e na fundação do Partido dos Trabalhadores (1979-1980) como o meio de entrada na política de uma grande quantidade de intelectuais desejosos de participar do debate público ao longo dos anos 1970 (Munaro 2024).

### **A geração de 1968**

Tendo esboçado o conceito de «cultura intelectual», torna-se possível investigar o momento histórico em que essa cultura adquiriu direcionamento. A geração de 1968 não deve ser entendida apenas como um conjunto de mobilizações estudantis, mas como um ponto de virada no imaginário político e nas referências teóricas de parcela significativa da juventude universitária brasileira, em particular a paulista. Nesta seção do artigo, intenta-se reconstruir, de forma limitada, parte do repertório de leituras, autores e debates que configuraram esse horizonte de expectativas, identificando parte dos elementos que permitiram a passagem da contestação à formulação de propostas políticas mais densas.

A geração de 1968 foi marcada pela centralidade do livro e do debate teórico. O estudo clássico de Zuenir Ventura sobre o «ano que não acabou» registra, entre os *best sellers* do ano, nomes como Marx, Mao,

Guevara, Debray, Lukács, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse, Norman Mailer e Marcuse. Esses indicadores de leitura referem-se sobretudo aos principais centros de consumo editorial da época, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Se o Rio de Janeiro foi o centro simbólico da política nacional até os anos 1950, São Paulo tornou-se, nas décadas seguintes, o principal espaço de reorganização do campo intelectual brasileiro.

A importância de Marx, Mao e Marcuse é identificada num grande número de memórias escritas por opositores de esquerda – muito embora com peso variável – como Jacob Gorender (1987), Celso Lungaretti (2005), Marco Antonio Tavares Coelho, Leandro Konder (2008), Ricardo de Azevedo (2020) e Paulo Cannabrava Filho (2003). Marx, Mao e Marcuse formariam os «3 emes» pelos quais lutavam os revolucionários estudantis franceses. As referências do «marxismo ocidental» foram complementadas pelas obras de teor existencial de James Joyce, Herman Hesse e Norman Mailer. Joyce inaugurou as técnicas de experimentação narrativa, sobretudo em *Ulysses*, enquanto Herman Hesse se transformou num dos símbolos da contracultura e Mailer produziu textos em que o indivíduo se contrapunha à sociedade de massa. À lista de Ventura, há que acrescentar *Quarup*, de Antonio Callado que, embora publicado em 1967, descreveu a transição de um jovem padre para o universo comunista, antecipando na ficção os traços da teologia da libertação que remoldariam a religiosidade brasileira ao longo da década seguinte. Em todas estas obras, há uma rejeição visceral ao conforto burguês ou à vida gregária da sociedade capitalista.

Outra contribuição decisiva à difusão do pensamento marxista no Brasil partiu da editora Civilização Brasileira que, sob o comando de Enio Silveira, produziu edições integrais d’*O Capital* em língua portuguesa, além da trilogia sobre *Trotsky* de Isaac Deutscher que tornou o trotskismo popular entre estudantes brasileiros e setores intelectualizados. Também as ideias do psiquiatra martinicano Frantz Fanon, que «iniciava a autópsia do racionalismo colonialista francês» ao analisar os traumas psíquicos e políticos do colonialismo, contribuíram de maneira expressiva para a formação de um imaginário anti-imperialista (Gaspari 2014, vol. 1: 251). Posteriormente, tais formulações ofereceriam fundamentos importantes para aquilo que hoje se convencionou chamar de «pensamento decolonial».

Neste ponto, é importante ressaltar que os indivíduos recorrem às obras, à cultura intelectual, buscando respostas para as angústias do seu

tempo. E estas obras, na condição elas mesmas de ações, encaminham os indivíduos numa ou noutra direção, movem-nos muitas vezes inflamando-os, dotando-os de expectativa por transformações sociais dramáticas. Se, para exemplificar, Marcuse já figurava nas listas de mais vendidos em detrimento de Antonio Gramsci, isso se dava pela ênfase libertária na revolução sexual fornecida pelo primeiro, mais ao gosto dos jovens de cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro. A superioridade da recepção de Marcuse diante de Gramsci, como sugerem intelectuais como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, ambos futuros integrantes do Partido dos Trabalhadores, se justificou por ser o primeiro um autor que propunha soluções imediatas que soavam mais musicais, davam mais ênfase para o sexo libertador e para a contracultura, ao invés do laborioso e disciplinado trabalho de infiltração cultural e formação de conselhos operários do segundo (Ventura 2018: 57).

Marcuse teve três livros que permaneceram entre os mais vendidos de 1968: *Eros e Civilização*, *Ideologia da Sociedade Industrial* e *Materialismo histórico e existência* (Ventura 2018: 68). O primeiro deles se tornou o mais importante. Apesar da linguagem prolixa, a ideia central da revolução de Marcuse é bastante simples: fracassado o comunismo pela via da revolta do proletariado, que se tornou demasiado dócil aos interesses capitalistas, a revolução deveria explorar rotas alternativas e remoldar o consciente do «homem unidimensional». Estas rotas alternativas deveriam percorrer os elementos marginalizados do sistema capitalista mundial, desde minorias raciais, estudantes contestadores, indivíduos considerados desajustados, até mesmo aqueles criminosos.

Tratava-se de um pensamento orientado para a ação, no qual a elaboração teórica vinha acompanhada de uma dimensão formativa que envolve a crítica à interiorização da dominação e a desconstrução (para utilizar outra palavra que se tornaria popular) da racionalidade. Com ele dialogou de perto a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, publicada em 1968 no Chile. Se para Marcuse o fracasso do socialismo ocorre pela «interiorização da dominação repressiva», que é aceita pelos indivíduos devido à repressão das pulsões de vida (Eros) (Marcuse 1981), para Freire, «o fracasso está no fato de que os oprimidos reproduzem as atitudes dos opressores ao alcançar o poder, pois têm medo da liberdade» (1970).

Ao longo dos anos 1960 também foram publicadas importantes obras de Florestan Fernandes como *Educação e Sociedade no Brasil* (1966) e *A*

*Revolução Burguesa no Brasil* (1966), ambas baseadas na crítica marxista do capitalismo. Florestan Fernandes foi o maior intelectual brasileiro nos anos 1960 pela dimensão de sua influência e sua capacidade de atuar sobre o horizonte de consciência de várias gerações de brasileiros. Sua paternidade intelectual sobre os cursos de ciências sociais no Brasil é atestada não apenas pelo predomínio das suas ideias sobre dependência e imperialismo, mas também por preferências intelectuais explícitas dos docentes universitários que o relatam como a maior influência sobre sua própria formação (Rodrigues 2019). A constatação de que Florestan foi o mais importante intelectual por si só explica pouca coisa: havia um pano de fundo existencial nos anos 1960 que fornecia indícios de uma transição mais profunda. A mentalidade se tornava, por um lado, iconoclasta, queria romper com o peso do passado e, por outro, montar uma nova sociedade revolucionária, para isso construindo também um novo conhecimento. Em outras palavras, ela ansiava pelo «novo».

No contexto mais específico da «aventura cintilante da guerrilha» entre os anos 1968 e 1970, os escritos de Mao, Che e Debray tiveram o papel de cartilhas que funcionavam como convites para ação, papel que seria desempenhado, embora em grau menor, pelo *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* escrito por Carlos Marighella em 1969. Apesar de ser um pequeno opúsculo de cinquenta páginas, o Manual foi um sucesso extraordinário, tornou-se o texto político brasileiro mais citado na literatura internacional da época e deu a Marighella, nas décadas seguintes, a qualificação de ideólogo, teórico, patrono da guerrilha urbana e estrategista do terror (Gaspari 2014, vol. 2: 922).

Ainda que houvesse um convite constante à prática revolucionária, seja pelo sexo ou pelas armas, havia também, entre os jovens estudantes, uma grande curiosidade pelas ideias teóricas. Na *Revista Civilização Brasileira*, polo da intelectualidade de esquerda nos anos 1960, inúmeros debates foram travados entre a esquerda reformista e a esquerda revolucionária. A editora liderada por Enio Silveira publicou, em 1968, *Georg Lukács: Marxismo e Teoria da Literatura*, de Carlos Nelson Coutinho, além das obras de Nelson Werneck Sodré (ao longo da década de 1960): *Fundamentos da Economia Marxista*, *Fundamentos da Estética Marxista*, *Fundamentos do Materialismo Histórico* e *Fundamentos do Materialismo dialético*.

Com o avanço dos anos 1970, significativos pelo esmagamento da guerrilha e do Partido Comunista, tanto a ortodoxia soviética quanto os exemplos de Ho Chi Minh e Che Guevara foram substituídos por

outras linguagens táticas e estratégicas. A ditadura do proletariado de Lenin foi substituída pela «guerra de posição» de Antonio Gramsci. O marxismo político que buscava o poder do Estado foi substituído por uma nova forma de marxismo que objetivava a transformação das instituições e do senso comum. Um enorme leque de autores entrou nesse debate e reeducou gerações de intelectuais. Marco Antonio Perruso realizou importante tese doutoral sobre a produção intelectual brasileira, em especial a paulistana, nesse período. Para o autor, referindo-se aos anos 1970, que são caracterizados pelo endurecimento (1969-1973) e afrouxamento da ditadura (1974-1979),

os novos posicionamentos da esquerda, que tinham também uma marca geracional, bebiam de diversas fontes e interagiam com diversas vertentes de pensamento contestador: Trotsky; o grupo Oposição Operária, na União Soviética; o Gramsci dos Conselhos Operários (e não o Gramsci do 'bloco histórico' e do 'arco de alianças'); o marxismo conselheirista de Pannekoek; Rosa Luxemburgo e a defesa do 'espontaneísmo'; Marcuse; Merleau-Ponty; o grupo Socialismo ou Barbárie de Castoriadis e Lefort; Guy Debord e os situacionistas; o pós-marxismo e o pós-estruturalismo de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari (Perruso 2008: 42).

Essa síntese permite visualizar o estabelecimento de uma nova cultura de esquerda no ambiente universitário e, nesse sentido, merece ser desenvolvida com mais detalhes, dada a sua importância para a constituição de uma cultura intelectual paulista com projeção nacional. A Oposição Operária se tornou célebre enfrentando o crescimento do poder de Stalin na União Soviética, defendia a liberdade de debate entre as várias tendências comunistas, a autogestão operária em contraposição à tendência de burocratização numa linha crítica similar à que desenvolveu Leon Trotski (1879-1940). Apesar das disputas intermináveis entre as facções trotskistas e outros estratos comunistas, as suas ideias vingaram no Brasil alimentando pequenos grupos que mais tarde seriam incorporados pelo Partido dos Trabalhadores na forma de tendências como Convergência Socialista e Democracia Socialista.

O que Perruso identifica como o Antonio Gramsci (1891-1937) dos «conselhos» operários sugeria um desvio das formas tradicionais de organização sindicais, buscando se pautar pela autogestão da classe trabalhadora e não pela negociação com o «Estado burguês» (Gramsci

1919). Estes conselhos funcionariam como escolas de formação política para os trabalhadores e se desenvolveriam em paralelo ao Estado, abrindo uma disputa real pelo controle da sociedade, elementos que viriam a inspirar o novo sindicalismo dos anos 1970, principal força fecundante do Partido dos Trabalhadores e de onde saiu a sua maior liderança, Luís Inácio Lula da Silva. É nesta mesma direção que devem ser interpretados os escritos de Anton Pannekoek (1873-1960) e Rosa Luxemburgo (1871-1919), para os quais os trabalhadores deveriam buscar vinculações *autônomas* e não depender de uma liderança centralizada ou de uma elite partidária (Mendonça, Oliveira 2007). Além disso, sugeriam que o impulso para a revolução se desenvolveria através das próprias lutas e experiências dos trabalhadores, o que viria a ser entendido, nas Ciências Sociais brasileiras, como uma fenomenologia. Nestes estudos, que se multiplicaram exponencialmente nos anos 1970, buscava-se deixar de lado o «dirigismo» e mergulhar na vida do trabalhador, ao mesmo tempo que se fornecia assessoramento aos órgãos operários.

No que diz respeito a Herbert Marcuse (1898-1979) e Merleau Ponty (1908-1961), o primeiro vinculado à Escola de Frankfurt e o segundo à fenomenologia, apesar de linhas de raciocínio bastante distintas, compartilhavam a crítica à sociedade de consumo, além de defenderem a experiência para a formação de uma imagem do mundo: se o segundo escorou as suas ideias numa fenomenologia, o primeiro sugeria uma «sensibilidade radical» através da qual se poderia despertar a consciência crítica e revolucionária. Marcuse, como vimos, apresentava uma visão radicalmente revolucionária da sociedade, em que o impulso de morte, Tanatos, apenas seria vencido pelo potencial erótico, Eros, «a energia criativa e vital dos seres humanos» dotada do potencial revolucionário. Por isso, Marcuse fez a sua controversa escolha pelo lumpemproletariado em detrimento do proletariado domesticado, em opção que seria endossada mais tarde pela liderança do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad (1998). Também devem ser consideradas as inúmeras contribuições do pensador da Escola de Frankfurt Eric Fromm para o pensamento da revolução estudantil, sobretudo no que concerne à ideia de «orientação necrofílica» das sociedades burguesas, o que permite compreender o uso contínuo da oposição biofilia e necrofilia pelo intelectual Paulo Freire (1978, 1987).

Os teóricos Cornelius Castoriadis (1922-1997), Claude Lefort (1924-2010) e Guy Debord (1931-1994) mantiveram os elementos de crítica

ao conformismo nas sociedades modernas, apresentando um ideário de autonomia que se refletiu na famosa «pedagogia da autonomia» de Paulo Freire (Freire 1996). Segundo esse ideário, a emancipação humana só seria possível se as pessoas criassem e transformassem suas próprias instituições sociais. Isso serviu de pressuposto para as noções referentes a uma «democracia radical», a crença na ação direta dos trabalhadores e na necessidade de transformações culturais profundas para que a sociedade emancipada fosse possível. Embora os autores mencionados tivessem partido do marxismo, a ideia de que a história estaria calcada em «leis inexoráveis» não cabia em sua forma libertária de perceber a sociedade humana, ao mesmo tempo que a ortodoxia soviética criava, sobretudo no mundo europeu, um estigma sobre a herança marxista (Costa 2024; Damasceno 2018).

Além dos autores supramencionados, cabe um necessário aparte para o existencialismo de Jean Paul Sartre, para o qual o indivíduo humano, em seu processo de autoconstrução, deve manifestar liberdade absoluta mesmo em situações de opressão ou dificuldade. Esse pensamento libertário possui relação conflituosa com o marxismo, uma vez que este não admite espaço para o «voluntarismo» individual. Se o existencialismo enfatiza a liberdade radical e individual, o marxismo, especialmente em suas formas mais deterministas, dá primazia às condições históricas e econômicas que limitam a ação humana (Kolakowski 2022). Sartre absorveu o marxismo sobretudo através da ideia de que os indivíduos são agentes livres dentro das estruturas históricas e sociais, sendo moldados pelas condições materiais e sociais que devem trabalhar para romper. Isso poderia ser visto, em seu tempo, nos vários movimentos de descolonização.

Mais tarde, a entrada em cena de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, como observado por Marco Antonio Perruso, marcou um deslocamento decisivo no interior da intelectualidade universitária paulistana, com repercussões no Brasil inteiro, contribuindo para a consolidação de um horizonte teórico frequentemente associado ao pós-estruturalismo. Suas obras aprofundaram a crítica às pretensões universalistas da ciência e às bases epistemológicas da modernidade, deslocando o foco para as relações entre saber, poder e linguagem. Embora essas formulações tenham começado a circular ainda nos anos 1970, sua incorporação sistemática no debate acadêmico brasileiro tornou-se mais visível a partir das décadas de 1980 e 1990.

## O parto do homem novo

Se a seção anterior buscou reconstruir parte do repertório intelectual da geração de 1968, esta desloca o enfoque para os desdobramentos históricos da cultura de ruptura e neofilia. O que interessa aqui é compreender como um conjunto heterogêneo de ideias provenientes do marxismo ocidental, do existencialismo, da teologia da libertação e das novas linguagens críticas, foi cada vez mais transformado em novas formas de organização e projetos políticos. A fundação do Partido dos Trabalhadores constitui, nesse sentido, um momento privilegiado que permite perceber a condensação desse processo, já que representa a passagem da contestação à institucionalização.

Os elementos literários assimilados pela geração de 1968 desempenharam papel relevante na preparação de uma cultura política que orientaria a transição ao longo dos anos 1970. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), impulsionadas pela teologia da libertação, o novo sindicalismo e os novos movimentos sociais emergentes articularam-se em torno de gramática política com fisionomia latino-americana, centrada na crítica à herança colonizatória e às formas contemporâneas de dependência. O resultado foi uma síntese brasileira, na qual circulação de ideias e experiências históricas nacionais se combinaram na formulação de novos projetos políticos.

As ideias construídas pelos intelectuais atuantes na Universidade de São Paulo (USP) e que viriam a fazer parte do Partido dos Trabalhadores são uma forma de enxergar parte desse processo e constituem uma etapa de estudo exploratório necessária para a compreensão da intelectualidade brasileira contemporânea. Estes intelectuais ofereceram a sua consciência para aglutinar as Comunidades Eclesiais de Base, movimentos sociais, novo sindicalismo e grupos trotskistas remanescentes, pautando-se pela urgência de «ir ao povo». Eles nutriam uma inclinação para a ruptura com o passado, ao mesmo tempo em que criticavam o legado populista do Partido Comunista. Tinham em média 28 anos em 1968 e 39 anos quando da fundação do PT e condensavam a vontade de interagir e se identificar com o povo, o que os fazia ir para os movimentos sociais, buscando *novas* formas de verbalizar as experiências dos *de baixo*, o que, na avaliação de Marco Antonio Perruso, «só era possível a partir de um reconhecimento radical por parte do campo intelectual novo que se forjava, da legitimidade teórica e analítica das experiências populares»

(2008: 114). Noutra ocasião, fundamentamos a importância do PT como um espaço comunicativo fundamental que ilustrou o espírito de transformação dos anos 1970, apresentando também uma síntese de seus principais intelectuais fundadores e seus quadros etários (Munaro 2024).

No contexto da busca pelo novo, o marxismo se fragmentou num repertório cultural bem mais amplo e difuso que buscava encontrar o povo em sua luta contra a opressão na sociedade burguesa. As memórias da oposição de esquerda no período costumam enfatizar o caráter onipresente da política e do marxismo como chave interpretativa do mundo. Vera da Silva Telles, socióloga vinculada à USP, sugere sobre o ambiente de militância política nos anos 1960 e 1970 que «a entrada em alguma forma de participação política era algo quase inescapável» (apud Perruso 2008: 140). Comentando sobre o mesmo clima intelectual que envolvia a busca pelos movimentos populares e a adoção de novas formas de marxismo, o também sociólogo da USP José Alvaro Moisés lembra que «o marxismo aparecia como uma disciplina no programa das ciências sociais e ao mesmo tempo era um objeto de controvérsia e de debate muito intenso». E ainda que «Gramsci foi uma influência extremamente importante nesse momento em que eu começava já a desenvolver uma visão crítica do marxismo. A leitura gramsciana foi que me levou a questionar mais profundamente o próprio marxismo» (apud Perruso 2008: 152-3). O também futuro integrante do Partido dos Trabalhadores Ricardo de Azevedo, ao longo dos anos 1970 em exílio na Europa, lembra que as leituras do período levavam à conclusão «de que o caminho para a revolução no mundo ocidental, do qual a América Latina faz parte, talvez como sua porção mais atrasada, passa por Gramsci» (Azevedo 2020: 165-6). Gramsci surgiu, neste contexto, como um oriente para o ingresso da esquerda na disputa institucional.

A pressão do regime militar acabou reunindo a igreja progressista aos movimentos populares, principalmente através das CEBs, mas envolvendo também altos prelados. Causas como a reforma agrária aproximaram os clérigos de esquerda da intelectualidade marxista, convertendo muitos ao marxismo por meio da «teologia da libertação». A repressão ao clero não teve, como resposta, um conflito aberto, mas a adoção da oposição cultural ao governo. Segundo Scott Maiwearing, «o resultado disso foi que, nos anos 1970, a Igreja católica brasileira virou, provavelmente, a mais progressista do mundo, e a Teologia da Libertação se tornou a maior contribuição latino-americana ao pensamento católico»

(apud Barros 2022: 13). Outro dos elementos que permitem identificar a guinada da igreja para a esquerda foi o famoso Movimento do Custo de Vida (MCV), típico movimento social dos anos 1970 que seria um dos fermentos para a formação do Partido dos Trabalhadores e que encarnava a insatisfação dos setores civis com a crise econômica do governo Ernesto Geisel (1974-1979).

Havia, portanto, condições sociais críticas agravadas pela crise econômica de 1973 que tornaram possível colocar em prática algumas das ideias que começaram a ser gestadas nos anos 1960. As ideias existiam, mas ganharam a sociedade quando repercutiram as demandas de indivíduos concretos, quer dizer, caminharam na direção do povo. O aumento da insatisfação contra o regime militar favoreceu os grupos de oposição armados de livros e não mais de fuzis. O papel de representante da «sociedade civil» foi assumido pelo Partido dos Trabalhadores e, em seu interior, a intelectualidade marxista na condição do que se definiu, ao início, como estrato coesivo (Munaro 2024). É no estrato coesivo que reside o horizonte de consciência necessário para projetos de poder de longo prazo (importa lembrar que o PT governa o Brasil desde 2002, com intervalo entre 2015 e 2022).

Alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros, quase todos de estrato marxista (com a exceção mais nítida de Sérgio Buarque de Holanda), tomaram assento na construção de um partido popular que deveria aglutinar as demandas da sociedade civil em torno de uma «nova hegemonia», um intelectual coletivo na formulação de Antonio Gramsci<sup>(1)</sup>. Se o Partido dos Trabalhadores ilustra essa canalização da energia política, intelectual e mesmo social, a obra de Paulo Freire consegue ilustrar a reunião de todos estes elementos dispersos numa só filosofia.

O pai da *pedagogia do oprimido* é considerado o intelectual mais importante do Partido dos Trabalhadores, não necessariamente pelo seu papel na fundação do Partido, mas pelo alcance de suas ideias (Haddad 2022). A questão que se coloca é como Paulo Freire repercutiu o clima intelectual dos anos 1960 e 1970 transformando-o num pensamento «libertador» que ajudaria a transformar a fisionomia da intelectualidade

---

(1) O intelectual coletivo diz respeito à «organização ou grupo que desempenha a função de produzir, articular e difundir ideias que orientem e legitimem os interesses de uma classe social, especialmente no contexto das disputas por hegemonia. Em vez de ser uma figura solitária, o intelectual, nesse caso, é entendido como parte de um organismo mais amplo, como um partido político, sindicato ou movimento social» (1985).

brasileira. A obra *Pedagogia do Oprimido*, muito embora revista mais tarde pelo autor, contém os principais elementos da cultura intelectual que, nos anos 1970, ganharam um espaço crescente. Ela consiste de uma crítica marxista ao processo educacional nas sociedades ocidentais e contém um apelo «biofílico» à transformação da humanidade. Se, por um lado, incorpora o marxismo e o existencialismo como linguagem contracultural, por outro adota uma *pedagogia*, a ideia de *conduzir, ensinar* ou, no caso, *produzir autonomia* (Freire 1996). A pedagogia, assim, é um convite à ação, à *práxis*, que na linguagem marxista é a síntese entre teoria e prática, onde o conhecimento da realidade (teoria) é aplicado de maneira ativa para transformá-la. Portanto, a ideia de uma pedagogia tradicional, em que o estudante é conduzido à verdade científica, não pode existir de forma independente de um propósito político, que é a revolução biofílica. A própria verdade não se desprende das condições sócio-históricas em que um discurso está inserido, sempre sendo um dispositivo do poder (como se chamaria mais tarde) e só sendo alcançada na ação revolucionária. O conhecimento só pode existir conquanto seja parte da transformação em direção a uma situação em que não haja opressor e oprimido, quer dizer, não haja classes sociais, caso contrário, trata-se de uma falsa consciência. Essa é uma ruptura epistemológica com relação à noção de uma ciência e de um conhecimento neutros, sob a roupagem de uma nova pedagogia.

Paulo Freire reuniu os principais elementos disponíveis na cultura de esquerda em sua época: o marxismo ocidental e a noção marxista de *práxis*, a teologia da libertação e o humanismo cristão do Concílio Vaticano II, o existencialismo de Jean Paul Sartre e Heidegger (mas também Karl Jaspers), a visão pedagógica como crítica radical, a fenomenologia e a literatura sobre movimentos sociais. Essas vozes convergiram na formulação de uma pedagogia revolucionária comprometida com a emancipação social, tornando Paulo Freire uma das figuras mais importantes não apenas da pedagogia crítica, mas de um fenômeno difuso a que se poderia chamar «cultura intelectual brasileira».

O objetivo central da pedagogia de Paulo Freire é a demolição do sistema cultural para a criação de um «homem novo» purgado da herança colonizatória e da opressão das classes sociais. Inspirado pela cultura intelectual de seu tempo, Freire acreditava no poder das ideias para impulsionar os «viventes» a se libertarem da condição do trabalho alienante, da divisão do trabalho e da conseqüente formação de classes

sociais. Sua frase «quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor» se tornou, muito embora nem sempre compreendida no contexto marxista em que foi proferida, axiomática. O capital cultural herdado precisaria ser objeto de crítica radical, visando sua desconstrução e substituição pelos saberes dialéticos da sociedade emancipada. A promessa do «humanismo radical» remete à superação das hierarquias, o que começa na sala de aula, com as crianças ou adultos em processo de alfabetização, por meio da substituição da educação bancária em que o professor detém conhecimentos que «deposita» nos alunos. O projeto pedagógico freiriano não alcança necessariamente um fim e, portanto, é um processo ininterrupto, uma «revolução cultural permanente» (Freire 1985: 86).

Voltando-se para o papel da Igreja, a base que forneceu capilaridade ao Partido dos Trabalhadores, Freire sugere que esta não deveria ser um convite à estabilidade, ou provedora de uma zona de conforto ao fiel, mas sim um impulso à revolução da mesma forma que as escolas. Num fragmento de uma obra menor que sintetiza, por um lado, o apelo juvenil e revolucionário e, por outro, o convite à luta contra o capitalismo e o imperialismo, Freire sugere que a Igreja não tem mais «condições de responder aos anseios de uma juventude inquieta, utópica e biófila que já não suporta falar uma linguagem medieval». A juventude da América Latina «sabe muito bem que o problema fundamental não é a ‘preguiça do povo’, a sua ‘inferioridade’ ou a sua ‘falta de educação’, mas sim o Imperialismo, não como abstração ou slogan, mas como uma realidade tangível, como presença invasora e destruidora» (Freire 1978: 21). A libertação do imperialismo e do colonialismo permitiria o surgimento de um homem novo: «A libertação, por isto, é um *parto*. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um *homem novo* que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos» (1987: 23, grifos nossos).

## Considerações

Ao término da reflexão deste artigo, é possível constatar que, com sua truculência e hostilidade à cultura intelectual, a *ditadura civil militar* empurrou a *intelectualidade* para a *oposição esquerdista* que assumiu o *marxismo* como uma *linguagem de contestação*. Além disso, o percurso aqui delineado

permite sustentar que a geração de 1968, longe de representar apenas um momento de radicalização estudantil, constituiu um ponto de inflexão na história intelectual do Brasil. Entre 1968 e 1979 consolidou-se, sobretudo no interior da Universidade de São Paulo, uma cultura intelectual marcada pela centralidade da práxis, pela crítica à neutralidade científica e pela crença na transformação histórica conduzida por sujeitos coletivos que teve impactos duradouros no tecido cultural brasileiro.

Além disso, importa constatar que durante o regime militar houve o deslocamento do eixo intelectual brasileiro do Rio de Janeiro para São Paulo, quando a Universidade de São Paulo (USP) se tornou a maior protagonista da formação de intelectuais nacionais firmando-se como principal polo nacional de pesquisa até hoje. Nesse contexto, estão os indícios de uma nova cultura intelectual que acabou, de forma paradigmática, se expandindo pelo Brasil com o processo de formação de novos doutores.

Por fim, sugeriu-se que a fundação do Partido dos Trabalhadores representou a tradução institucional desse processo, não tendo significado apenas a criação de um novo partido, mas a conversão de capital simbólico acumulado no campo universitário em política organizada. Foi nesse movimento que Paulo Freire surgiu como figura-síntese, não apenas por sua pedagogia, mas por ter condensado uma nova concepção de conhecimento como intervenção histórica. A cultura intelectual forjada nos anos 1960 e 1970 reconfigurou o horizonte epistemológico e político do país, moldando de forma duradoura o imaginário das décadas subsequentes.

## **Bibliografia**

- Aron, Raymond (1980). *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Azevedo, Ricardo (2020). *Por um triz. Memórias de um militante da AP*. São Paulo: Terra redonda.
- Barros, Celso Rocha (2022). *PT. Uma História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, Pierre (2004). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Freire, Paulo (1978). *Os cristãos e a libertação dos oprimidos*. São Paulo: Edições Base.

- « — » (1987). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- « — » (1996). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gaspari, Elio (2014). *Coleção Ditadura* (5 vols) (recurso digital). Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Gramsci, Antonio (1919). “Democracia operária”. Disponível em: <https://11nq.com/VuEaY> (acesso em novembro de 2024).
- « — » (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ: Civilização Brasileira.
- Haddad, Sérgio (2022). *O educador: um perfil de Paulo Freire*. São Paulo: Todavia.
- Kolakowski, Leszek (2022). *Principais linhagens do marxismo*. 3 volumes. São Paulo: Vide Editorial.
- Marcuse, Herbert (1981). *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mendonça, José Carlos, Oliveira, Taiguara Belo (2007). “Organização política na concepção dos comunistas de conselhos”, *Revista Enfrentamento*, 3, 11-16.
- Perruso, Marco Antonio (2008). *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese (Doutorado), UFRJ.
- Rodrigues, L. S. (2019). “Amar um autor: os marxistas nas universidades brasileiras e os “intérpretes do Brasil””, *Estudos Históricos*, 32, 67, 500-529. <https://s11nk.com/5vpIq> (acesso em 17/12/2024).
- Sirinelli, Jean François (1986). “Le hazard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l’histoire des intellectuels”, *Vingtième Siècle Revue d’Histoire*, 97-108. Paris: Sciences Po University Press.
- Ventura, Zuenir (2018). *1968: O Ano que não acabou*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Voegelin, Eric (2017). *História das ideias políticas*. Volume 8. São Paulo: É realizações.

